



# Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT .....	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Aduar - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 91.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1994  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Carlos Simões e Toti Colaço.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Heinz Herwig, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Berardin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Basílio Zanusso, Colombino Grassano, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Ernani Pudell, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti e Paulo Maia (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº DTL/SAT/255/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando a esta augusta Assembléia, e para as devidas providências, que o já autorizado afastamento para sua viagem aos Estados Unidos da América do Norte deverá perfazer 15 dias, mediados entre 20 do corrente e 15 de novembro próximo, eis que, na agenda de compromissos naquele país, serão tratados outros assuntos de grande relevância para o Estado do Paraná. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 722/94, do Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei fixando novos valores para a gratificação pro-labore atribuída aos conciliadores e árbitros dos Juizados Especiais de Pequenas Causas; e isto devido à sua desatualização como decorrência do surto inflacionário. Ao conhecimento da Casa.

**Mensagem:**

**MENSAGEM Nº 118/94**

Curitiba, 17 de outubro de 1994.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições contidas no art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Jacarezinho, o imóvel situado na Rua Marciano de Barros, s/nº, naquela cidade, com área total de terreno de 4.101,00 m², contendo um barracão em tijolos e anexos, de propriedade do Estado, conforme o que consta na Transcrição nº 10.174, do Livro 3-J, do Cartório de Registro de Imóveis naquela Comarca.

A medida ora proposta consulta aos interesses da Administração, visto que o imóvel objeto da presente, vinha sendo utilizado para a guarda de agrotóxicos apreendidos, tendo sido desativado no início do ano passado, encontrando-se desde então em desuso, em precárias condições de conservação e sem previsão para futura ocupação. Nestas condições é mais interessante ao Estado cedê-lo à Prefeitura de Jacarezinho, para instalação de sua oficina municipal, do que vir a dispendar significativas importâncias para sua recuperação e manutenção.

Vale, ainda, destacar o fato de o anteprojeto de lei em referência conter dispositivo no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para a finalidade prevista, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará até 31 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogada, mediante consenso entre as partes, pelo tempo de mais quatro anos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Por força do art. 10, da

Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Jacarezinho, o imóvel sito à Rua Marciano de Barros, s/nº, naquele município, com área total de terreno de 4.101,00 m<sup>2</sup>, contendo um barracão de tijolos e anexos, de propriedade do Estado, conforme o que consta na Transcrição nº 10.174, do Livro 3-J, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será utilizado exclusivamente para a instalação de oficina para veículos oficiais daquele município, tendo esta cessão duração até 31/12/94, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes, por mais 4 (quatro) anos, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se sem efeito, ficando, ainda, aquela municipalidade, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 2287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, com fulcro no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno deste Poder, e, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência na votação do Projeto de Lei nº 104/94.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

##### REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja destacado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 320/94 passando a constituir novo projeto.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) JOÃO IENSEN

##### REQUERIMENTO Nº 2269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja destacado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 317/94, passando a constituir novo projeto.

Saladas Sessões, em 18.10.94.

(a) JOÃO IENSEN

##### REQUERIMENTO Nº 2272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja destacado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 318/94, passando a constituir novo projeto.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) JOÃO IENSEN

##### REQUERIMENTO Nº 2289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO Nº 2270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja formada uma Comissão para apreciar a proposta de lei complementar que visa alterar o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, composta por seis membros, sendo dois representantes do Poder Judiciário, dois representantes do Poder Executivo e dois representantes do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) JOÃO IENSEN

#### JUSTIFICATIVA:

A Comissão com representantes dos três Poderes constituídos que propomos ser formada através do presente requerimento, tem por objetivo discutir e analisar com grande profundidade as proposições que alteram o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná que tramitam nesta Casa de Leis.

O requerimento está plenamente legitimado na Constituição Federal que manda o Tribunal de Justiça propor à Assembléia Legislativa do Estado matéria que se refere à criação e extinção de cargos, fixação de vencimentos de seus membros, bem como a alteração da organização e da divisão judiciárias.

##### REQUERIMENTO Nº 2290

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à nova diretoria da Associação Protetora Postal do Paraná.

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Protetora Postal do Paraná foi criada há 89 anos e congrega os servidores da Empresa de Correios e Telégrafos do nosso Estado. Segundo a última eleição realizada, a diretoria da entidade ficou assim composta para o biênio 1994/1996: Presidente, José Rangel Calberg; vice-Presidente, João Manoel Marquesi; 1º Secretário, Bernardo Antunes; 2º Secretário, Ariel Teixeira Coelho; 1º Tesoureiro, Iran Torres; 2º Tesoureiro, Alceu Cyro Bessa; Orador, João Rodrigues. Para o Conselho Fiscal foram eleitos: José Santos Gomes (Presidente); Plínio Vieira Briski e Mário Miranda Brasil (Membros).

Recebam os novos diretores os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo e votos de uma gestão plena de êxitos.

REQUERIMENTO Nº 2292

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações aos jornalistas Roberto Barrozo Filho e Carlos Queiroz Maranhão, pelo lançamento do "Paraná Esportivo", suplemento diário do Jornal do Estado.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Um dos mais vibrantes veículos da imprensa do Paraná, o Jornal do Estado incrementa ainda mais sua publicação com o suplemento diário Paraná Esportivo, que tem como editor o jornalista Carlos Queiroz Maranhão.

Disposto a manter a população paranaense bem informada sobre os assuntos da crônica esportiva, o Paraná Esportivo é elaborado por uma equipe de primeira qualidade: Barcimio Sicupira, Capitão Hidalgo, José Aresta, Linhares Júnior, Araújo Neto, Ronise Vilela, Gerson Borges de Macedo, Sandro Leinig Queiroz e Andréa Moraes.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos desta Casa pelo lançamento de o Paraná Esportivo bem como nossos votos sinceros de êxito em mais esta iniciativa do prestigioso Jornal do Estado, presidido pelo brilhante jornalista Roberto Barrozo Filho.

REQUERIMENTO Nº 2294

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder um voto de congratulações ao advogado Elias Mattar Assad, pela sua contribuição à causa da moralidade administrativa, contribuindo sobremaneira para o esclarecimento da verdade na questão da liquidação do BADEP.

Requer, ainda, que se faça constar nos Anais a íntegra da Resolução nº 33.376/93, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (anexo), que acolheu a denúncia formulada pelo advogado em epígrafe.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Dr. Elias M. Assad.

Sala das Sessões, em 18.10.94

(a) ALGACI TÚLIO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
CORREGEDORIA GERAL

Ofício nº 215/93

Curitiba, 15.12.93

Prezado Senhor.

Vossa Senhoria formulou, perante o Tribunal de Contas, denúncia quanto a irregularidades em contratos de prestação de serviços profissionais celebrados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado Paraná - BADEP, em liquidação extrajudicial.

Na qualidade do Corregedor-Geral relatei o processo em Sessão Primária do dia 21 de outubro do corrente proferindo Voto que foi acolhido pela unanimidade dos Pares (cópia apensada).

A decisão do Pleno, consubstanciada na Resolução nº 33376/93, está anexada por fotostática.

Apresento, ao ensejo, as minhas saudações.

(a) CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO  
Corregedor-Geral

Ao Senhor  
Elias Mattar Assad  
Curitiba-PR

TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO PARANÁ

Resolução nº 33.376/93  
Protocolo nº 21.368/91  
Origem: Elias Mattar Assad  
Interessado: o mesmo  
Assunto: Denúncia

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto escrito (anexo) do Relator, Conselheiro Artagão de Mattos Leão, por unanimidade,

R E S O L V E:

I - Preliminarmente, acatar a proposição do relator, desentranhando os protocolados n.ºs 23.006/91 e 21.173/91, para processamentos autônomos, extraindo-se e juntando-se cópias fotostáticas em ambos, para subsídios à sua acurada análise;

II - julgar procedente a denúncia relativa a irregularidades em contratos de prestação de serviços profissionais, celebrados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP, em liquidação extrajudicial;

III - Assinar no prazo de 30 (trinta) dias para que sejam adotadas providências decorrentes da anulação dos contratos considerados ilegais, restabelecendo-se o "status quo ante";

IV - Determinar a apuração de responsabilidade do ordenador das despesas, oficiando-se ao denunciado, ao Banco do Estado do Paraná - BANESTADO e à Secretaria de Estado da Fazenda;

V - Definir que este Tribunal de Contas seja cientificado das medidas decorrentes desta deliberação, cabendo aos técnicos desta Casa o acompanhamento da liquidação do BADEP;

VI - Dar ciência desta decisão ao denunciante.

Participaram do julgamento os Conselheiros João Fêder, Cândido Martins de Oliveira, João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo da Silva e Artagão de Mattos Leão.

Presente o Procurador-Geral, João Bonifácio Cabral Júnior.

Sala das Sessões, em 21.10.93

(a) RAFAEL IATAURO

Presidente

O Advogado Elias Mattar Assad encaminha documentos, bem como "minuta" de petição de ação popular que pretende interpor contra o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, seu liquidante e contratados do Banco.

Há que registrar, em conjunto com a Procuradoria do Estado Junto ao Tribunal de Contas, que a peça denunciatória peca pelo não preenchimento das mais basilares exigências, quais sejam: qualificação, destinatário e outros "que tais".

No entanto, os fatos trazidos à baila são de tal vulto que as falhas apontadas merecem relevo.

Aliás, o alegado pelo denunciante foi objeto de 02 (duas) propostas de impugnação por parte da 6.ª Inspeção de Controle Externo desta Casa, que se acham anexadas a este processo (Protocolos n.º 23.006/91 e 21.173/91).

#### DA DENÚNCIA

O Senhor Moacir Hércules de Souza, na qualidade de liquidante do Banco de Desen-

volvimento do Paraná S/A, com a demissão desnecessária, inconveniente e inoportuna dos advogados assalariados da entidade liquidanda vem contratando ilegal, imoral e lesivamente escritórios jurídicos.

Há, no dizer do denunciante, verdadeiros contratos de risco.

Ademais, pela sistemática adotada em relação aos advogados, então empregados no BADEP, as verbas das sucumbências das execuções eram recolhidas à entidade como receita.

Com as novas contratações passarão a pertencer a outrem.

Além de outras irregularidades que entende estarem os contratos inquinados, foram eles formalizados sem o devido e necessário procedimento licitatório.

#### DA DEFESA

Em reverência ao princípio constitucional do contraditório e ampla defesa (Art. 5º, inciso LV da Carta Federal) assinalou o então Corregedor-Geral desta Corte prazo para que o denunciado apresentasse suas justificativas.

De sua peça extrai-se que, "ab initio" tentou desautorizar a denúncia, dizendo ser ela fruto de postura adotada pelo liquidante ao promover representação, contra o seu autor, junto à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná pela sua atitude de angariar clientela, através do envio de circulares aos mutuários do Banco, incitando-os ao não pagamento de débito.

Quanto ao mérito da decisão administrativa da massa em contratar escritórios externos para a defesa de seus interesses legais menciona:

- o BADEP, por ocasião de liquidação, contava com um quadro de 21 advogados, além de dois escritórios externos para sua assessoria, a um custo mensal de Cr\$ 35.851.000,00 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e um mil cruzeiros);

- a carteira de ações compreendia 459 processos na Justiça Cível e Trabalhista;

- hoje, a massa tem contratados quatro escritórios externos qualificados, a um custo de Cr\$ 18.125.000,00 (dezoito milhões, cento e vinte e cinco mil cruzeiros), valores de outubro/91, para atuação em 960 ações.

Insurge-se contra a sugestão do denunciante no sentido da Massa utilizar os quadros do funcionalismo público para o patrocínio das ações, invocando os aspectos administrativos e legal.

Quanto ao enfoque administrativo alega que, pelas demandas envolverem intrincadas questões bancárias, com relevantes consequências econômicas, há exigência de uma advocacia especializada e organizada, não disponível no momento junto ao Estado

(sic).

Sob a ótica legal adverte que o Estado, na condição de proprietário da massa insolvente, está impedido, pela Lei de Falências (aplicada subsidiariamente à Lei de Liquidações Extrajudiciais), de praticar atos relativos às obrigações e interesse da massa.

Finalizando, diz que formalizou as contratações, sem o prévio procedimento licitatório, com supedâneo no art. 23, inciso II combinado com o art. 12, inciso V, do Decreto-Lei n° 2300/86, "in verbis":

"Art. 23 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

...

II - para contratação de serviços técnicos, enumerados no art. 12, de natureza singular, com profissionais de notória especialização."

"Art. 12 - Para os fins deste Decreto-Lei consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

...

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;"

#### NO MÉRITO

Ao ser recebida a comunicação das irregularidades, tendo como cerne as contratações de firmas da área de direito, foi deferido prazo para apresentação de defesa, cuja síntese já alinhei.

Entendeu o então Corregedor-Geral chamar a unidade de fiscalização deste Tribunal, no caso, a 6° ICE, para apresentar relatório sobre o ocorrido, o qual encontra-se acostado às fls. 39 a 41.

Após abordar os respectivos temas, em seu relatório, datado de 05.10.91, asseverou estar formalizando propostas de impugnação sobre o caso em estudo.

Com efeito, duas propostas de impugnação foram apresentadas (protocolos n° 23.006/91 e 21.173/91), a primeira com a data de 21.10 e a outra de 06 de novembro de 1991.

Por força dos institutos da conexão e continência, ambas as proposições foram juntadas ao processo principal - deflagrado como comunicação, e no seu curso recebido como denúncia.

Cumpra-me, preliminarmente, réquerer sejam elas desentranhadas, para processamento autônomo, extraindo-se e juntando-se cópias fotostáticas em ambos os processos para subsídios à sua acurada análise.

Minha petição estriba-se no § 4° do art. 10 do Provimento n° 01/87, pois superintendendo a Inspeção que deflagrou as impugnações multimenções.

Isto posto, passo a discorrer sobre os pronunciamentos que o assunto mereceu no âmbito desta Corte de Contas.

Da manifestação emanada da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos (fls. 112 a 114) pinço os excertos que seguem:

"efetivamente, em que pesem os argumentos do denunciado, acerca da legislação disciplinadora das liquidações extrajudiciais, a prática de atos de gestão na Instituição controlada, bem como a massa administrada, não podem ficar ao simples rito discricionário de um liquidante, sem obediência às normas básicas que regem a administração pública, no sentido da observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Além do que, apontando a ausência de justificativa (art. 24 - Decreto Lei n° 2.300/86), considerar inexigível licitar com vistas à notória especialização, parece-me carecedor da 'natureza singular' que o objeto proposto à contratação deve estar revestido, na medida em que vários outros profissionais ou escritórios podem executar o serviço, ficando vedado o atendimento aos princípios de igualdade, probidade administrativa e do julgamento objetivo."

Culmina o D.A.T.J., a par de recomendar a acolhida da denúncia, com a consequente decretação da nulidade dos contratos firmados, por sugerir:

1. Anotação na ficha correspondente, para avaliação por parte da Inspeção Geral de Controle, quando da análise da prestação de contas;

2. Oficiar, com prazo e critério do Plenário, para noticiar a este Tribunal as providências tomadas:

- a) ao BANESTADO, visto ter assumido passivo do BADEP;
- b) à Secretaria de Finanças, como titular do controle interno sobre as entidades vinculadas da área de finanças;
- c) à Procuradoria Geral do Estado para providências cabíveis.

A Procuradoria do Estado junto a este Tribunal, em parecer de lavra do ilustre Procurador Amaury de Oliveira e Silva (fls. 115 a 117), com contundência afirma:

"... para chegar-se a conclusão que o liquidante do BADEP já era, ou tornou-se um todo poderoso, onipotente, e inatingível, - deve ele pensar, - pelos princípios do direito, da ética e da moral, basta deter-nos no exame dos Contratos de Prestação de Serviços Profissionais que subscreveu com algumas organizações advocáticas desta Comarca. Parece incrível que esses instrumentos contratuais existam e estejam operando efeito, tais e tão aberrantes são suas cláusulas, no que dizem respeito aos benefícios e privilégios financeiros dos contratados. Por essa circunstância eles chegam a ser leoninos. Ve-

jamos:

A Cláusula Terceira do contrato celebrado com o Escritório de Advocacia JORGE DOMINGUES E FERRI - Advogados Associados (fls. 04) dispõe expressamente:

"a título de adiantamento dos honorários de condenação, o CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO, através de créditos em conta corrente de instituição bancária determinada pelo mesmo, o valor de CR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), no dia 05 (cinco) de cada mês até o 18º (décimo oitavo) mês - o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do pagamento pelo fator "pro rata temporis" da evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Aqui está dito que mesmo que não haja ocorrido nenhuma condenação de mutuário inadimplente, a título de adiantamento o Escritório contratado está aboletado nas vantagens que a cláusula estabelece.

Reproduzir todos os disparates do contrato seria fastidioso. Mas seria interessante que os Senhores Conselheiros atentassem para o que vem estabelecido na Cláusula Quinta itens a) b) c) d) e) f) g) h) i) e j) e nas demais diabruras contidas nas cláusulas seguintes. Os outros contratos que figuram no Processo são igualmente danosos.

A esta altura, precisa vir a nu, além das imoralidades antes descritas, a ilegalidade da falta de Processo licitatório para a contratação de serviços profissionais, pactuados ao arbítrio do liquidante.

A Carta Magna no seu Art. 37, inciso XXI e a Constituição do Estado no art. 27, inciso XX, além do Decreto-Lei nº 2300/86 que dispõe sobre licitações e contratos, assim o exigem.

Nem venha o denunciado querer esconder-se atrás do inciso II do art. 23 do citado Decreto-Lei nº 2300/86, para pretender eximir-se de suas responsabilidades administrativas, pois, é preciso ser muito ignorante para não saber que em Curitiba há dezenas de escritórios com notória especialização jurídica para as questões de natureza econômica, financeira e trabalhista, em que está embrenhado o BADEP. Por isto, de uma vez por todas, a licitação era indispensável. A Procuradoria, por todas as razões expostas, acolhe a denúncia, para além de acatar as providências sugeridas pelo ilustre parecerista da D.A.T.J., pleitear do douto colegiado a constituição de uma Comissão de Verificação "in loco", para a realização de um completo levantamento do andamento da liquidação do BADEP que, diga-se para encerrar, é uma novela cujo enredo ainda não está desvendado".

Após relatar a abordagem de órgãos que compõem a estrutura organizacional desta

Corte permito-me ferir alguns pontos que considero de alta relevância para o convencimento de meus Pares.

De plano, há que ser rebatida a questão atinente aos poderes amplos de que se diz investido o liquidante, ao invocar o art. 16 da Lei nº 6024/74 que giza:

"A liquidação extrajudicial será executada por liquidante nomeado pelo Banco Central, com amplos poderes de administração e liquidação, especialmente os de verificação e classificação dos créditos, podendo nomear e demitir funcionários, fixando-lhes os vencimentos, outorgar e cassar mandatos, propor ações e representar a massa em juízo ou fora dele".

Não há reparos a apontar na posição defendida por aqueles que entendem que, a despeito de estar o BADEP em regime de liquidação extrajudicial, resta incólume a sua natureza jurídica - sociedade de economia mista, instituída por lei, sendo o Estado do Paraná seu sócio majoritário.

Quando se tratou, neste Tribunal, da fiscalização contábil do Banco o ilustre Procurador do Estado manifestou-se no sentido de que o patrimônio da entidade é suficiente à atuação do legítimo interesse do Estado em resguardá-lo e preservá-lo da forma mais econômica possível, fiel aos ditames do Direito Administrativo.

Desta feita, não expurgado o BADEP da estrutura organizacional do Estado, compondo a Administração Indireta, sob a forma de sociedade de economia mista, não há como escapar ao mandamento contido no art. 37, inciso XXI, da Carta Federal, em cuja esteira seguiu a nossa Constituição Estadual (art. 27, inciso XX), qual seja o da exigência de procedimento licitatório para a contratação de obras, serviços, compras e alienações.

A unanimidade dos doutrinadores converge para a noção de que a licitação é um instrumento jurídico - estruturado numa sequência de atos - balizador da função administrativa, com vistas à eleição de um eventual contratado.

Por ensejar a atuante manifestação do administrado é uma efetiva abertura de espaço democrático. Assim, pode-se fazer eco com Lúcia Valle Figueiredo quando afirma ser a licitação um pulmão através do qual o ar das vontades do administrado penetra na monolítica estrutura estatal.

É inquestionável a subsunção da Administração ao princípio da legalidade e, sob esta ótica, busco no arcabouço de normas constitucionais e infraconstitucionais a gênese do procedimento licitatório.

A Constituição Federal determina à Administração Pública a irrestrita reverência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade (art. 37, caput), opondo-se, de plano, à conces-



são de privilégios, ao consagrar a isonomia (curvando-se, por óbvio, à máxima aristotélica de deferir tratamento igualitário a iguais e tratar desigualmente os desiguais).

À luz de nosso ordenamento jurídico, e sob o enfoque teórico/doutrinário, está assente que a licitação é a regra, sendo excessão a livre escolha do co-contratante.

Nesta linha, trago à colação Toshio Mukai que observa, com propriedade: "dois princípios jurídicos públicos estão em jogo em face da escolha do co-contratante da administração pública: o da igualdade dos administrados perante as vantagens e cargas públicas e o da indisponibilidade do interesse público. Em função do primeiro, todos os administrados têm direito a pretender participar de um contrato com a administração ofertando-lhe bens e serviços; em função do segundo, a administração, em suas aquisições de bens e serviços, ou execução de obras públicas, tem a obrigação de obter aquele contrato que lhe ofereça a maior vantagem. Tal é o princípio, em síntese, que domina a administração pública: o do dever de licitar (in Estatuto Jurídico de Licitações e Contratos Administrativos).

Na mesma esteira segue Oliveira Franco Sobrinho, quando leciona: "Licitar é um dever da Administração e já que a Administração está subordinada na organização à lei e ao ordenamento jurídico, salvo os casos excepcionais, não tem liberdade para contratar".

Em sentido similar discorre Hely Lopes Meirelles para quem "a licitação é o antecedente necessário do contrato administrativo... e a condição para a sua formalização".

Da Exposição de Motivos do anteprojeto que culminou com a edição do Decreto-Lei nº 2300/86, subscrita pelo então Consultor-Geral da República, Dr. Saulo Ramos, pinço trechos que corroboram o até agora delineado, inferindo-se a mens legis e a mens legislatoris do aludido diploma:

"O princípio da licitação, que este projeto consagra como norma reitora da atividade administrativa, reflete as exigências da ordem democrática, que impõe a observância estrita dos postulados da igualdade, da probidade e da publicidade.

...

O projeto, com o objetivo de proporcionar idênticas oportunidades a todos, não tolera a formulação de quaisquer cláusulas ou a inclusão de quaisquer condições que, pelo caráter seletivo e discriminatório de que se revistam, comprometam, restrinjam ou frustrem a competitividade insita ao procedimento licitatório.

...

A gestão dos negócios públicos repousa sobre um substrato ético-jurídico que representa um dos fundamentos de validade da própria ação administrativa.

...

O projeto restringe, em função do interesse público, o discricionarismo do administrador e veda-lhe, atento à exigência de moralidade administrativa, que ~~adopte~~ medidas cuja implementação desvie-se dos objetivos para os quais a Administração Pública foi instituída".

Ora, o denunciado, num trecho de sua peça de defesa, assim se expressou: "No que tange à licitação, esta não foi realizada face à natureza dos serviços em que sobressaem a confiança e a notoriedade profissional, nos termos do art. 23, inciso II, combinado com o art. 12, inciso V, todos do Decreto-Lei nº 2300, de 21.11.86:

Art. 23 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

...

II - para a contratação de serviços técnicos, enumerados no art. 12, de natureza singular, com profissionais de notória especialização."

...

Art. 12 - Para os fins deste Decreto-Lei consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

...

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas."

Registro aqui mais um fragmento do texto da Exposição de Motivos de lavra do Dr. Saulo Ramos:

"A questão da notória especialização é disciplinada, pelo projeto, de modo compatível com os interesses sociais, na medida em que passam a ser adequadamente indicados os elementos caracterizadores dessa especial hipótese de dispensabilidade da licitação.

Muitos têm sido os abusos cometidos pelo administrador na invocação dessa cláusula exoneradora do dever estatal de licitar.

O projeto, para coibir a interpretação arbitrária da norma legal pertinente à dispensa de licitação, nos casos em que configurada a notória especialização, estabelece alguns parâmetros cuja fiel observância ensejará o completo respeito ao interesse público e à exigência de moralidade administrativa."

Desta forma, reverenciando o espírito da lei, é preciso, desde logo, estabelecer os contornos de que se reveste a norma legal invocada pelo denunciado. Entendo ser



um quadrinômio, ou seja, são quatro os fatores a serem conjugados, indissociavelmente, para a sua aplicação:

- I - inviabilidade de competição;
- II - serviços técnicos-profissionais;
- III - de natureza singular;
- IV - notória especialização.

O 1º dos itens está referido no caput do art. 23 que declara inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição. É daí que se pinça o pressuposto fático do afastamento do certame licitatório, pois há impossibilidade de disputa entre dois ou mais competidores com capacidade de oferecer os serviços pretendidos. Cabe notar que para se valer da hipótese legal mister se faz ficar cabalmente demonstrada a impossibilidade de estabelecer critérios objetivos de julgamento.

Já o 2º comando para inteligência da norma é o de que a contratação seja para prestação de serviços técnicos-profissionais.

Ademais, o eventual contratante, há de ser especializado na sua área; porém não se esgotam aí os contornos legais. Há que estar presente a notoriedade.

É o caso de se perquirir "notório para quem?"

Hely Lopes Meirelles, ao discorrer sobre o tema, declara que a notoriedade profissional é a proclamação da clientela e dos colegas sobre o indiscutível valor do profissional na sua especialidade. Notoriedade é, em última análise, para fins de inexigibilidade de licitação, a fama consagradora do profissional no campo de sua especialidade.

Na mesma senda envereda Lúcia Valle Figueiredo quando assevera:

"Constituindo a especialização uma válvula de escape à competição licitatória, com a conseqüente exclusão dos demais competidores, impõe-se que a notoriedade não se afigure apenas para a Administração, mas também para o possível conjunto de concorrentes, a ser inadmitido ao certame. Apenas assim os princípios da moralidade e isonomia estarão sendo reverenciados. Efetivamente, admitir pudesse a Administração apodiar de notório, eventual contratante seu, como tal não considerado no universo de que destacado, implicaria grave ofensa aos fundamentos constitucionais da licitação, porque transferiria a caracterização da hipótese de dispensa do plano objetivo, em que a lei a abraçou, para o plano imprescritível da subjetividade do administrador."

O Decreto-Lei, no parágrafo único do art. 12, incumbiu-se em definir o profissional ou empresa de notória especialização como sendo aquele (a) cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiên-

cias, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Impende concluir-se que o Estatuto das Licitações, que à época foi invocado, assinala requisitos objetivos para aferição da notória especialização que não de ser comprovados documentalmente para conseqüente afirmação de que o trabalho do profissional ou firma é o mais adequado à execução satisfatória do objeto contratual.

Toshio Mukai fere esta questão de maneira irretorquível ao advertir que "a inexigibilidade de licitação não será legal, por muito consagrado que seja o profissional ou reconhecida a firma se, no processo, não forem juntados aqueles documentos... A contratação direta, nesta hipótese, quanto à sua legalidade, dependerá da comprovação objetiva e concreta da notoriedade e não de juízos discricionários da autoridade que contratou."

Resta, ainda, o 4º componente para a exata configuração das normas legais invocadas - a singularidade.

É de ressaltar que o comando da norma consagra, para sua inteligência, a expressão, "de natureza singular."

Para Celso Antônio Bandeira de Mello serviços técnicos - profissionais singulares são aqueles marcados por características individualizadoras, que os distinguem dos oferecidos por outros profissionais do mesmo ramo; o profissional é dotado de peculiaridades tais que os transmudam em incotejável, de certa forma "hors concours".

Oportuno trazer à colação ponto de vista do Ministro Rafael Mayer, do Supremo Tribunal Federal:

"em face do contexto legal e na linha desses conceitos doutrinários, essencialmente convergentes, parece autorizado concluir-se que notória especialização, para efeito de exonerar a Administração de prévia contratação de serviços, tem como critério básico para sua conceituação jurídica a singularidade do objeto do contrato, isto é, que a sua matéria ou teor estejam atribuídos de conotação peculiar, característica inconfundível, distinta, excepcional, aquilo que é individualizado e insuscetível de competição concursal. Os aspectos subjetivo e objetivo são, no caso, indissociáveis, pois não apenas se pede a alta e famigerada qualificação profissional ou empresarial para a execução de determinado tipo de serviço, como se requer, objetivamente, que o serviço reclamado pelo justificado interesse da Administração deva revestir características, estilo, requisitos e exigências que somente aquele

profissional ou aquela firma estejam particularmente capacitados a prestar, exclusivamente, ou de modo incomparável aos demais, no corresponder aos desígnios estabelecidos pelo ente público, tomador do serviço, na espécie."

O Estatuto, chamado pela defesa e que à época regia os certames licitatórios, acolheu cediças teses da doutrina no sentido de que a notória especialização traz em seu bojo u'a singularidade objetiva.

Do cotejo dos artigos 23, inciso II, e 12, ambos do Decreto-Lei n° 2300/86, nos quais o denunciante albergou as contratações, impende concluir haver uma compressão à área de discricionariedade do administrador na escolha do co-contratante.

Pela análise dos autos, conclui-se que os 4 fatores que hão de se conjugar, indissociavelmente, não se fizeram presentes quando das contratações em pauta quer pela viabilidade de competição que os casos comportavam, quer pela não caracterização da singularidade dos serviços e, finalmente, pela falta de comprovação nos autos, de requisitos, conforme exigência do Parágrafo Único do art. 12, do Decreto - lei n° 2300/86.

Assim, além das razões alinhadas, reporto-me às considerações expendidas no âmbito da DATJ e da Procuradoria do Estado junto a esta Corte para afirmar que a licitação era indispensável e, em decorrência, os contratos estão inquinados de ilegalidade, restando imperativa a declaração de sua nulidade.

Ora, o dinheiro público - pelo fato mesmo de ser res publica - não pode ser despendido senão na estrita conformidade com a lei, regulamentos e normas emanados das autoridades administrativas competentes e quem assim não age, conduz-se por sua conta e risco.

Corolário intransponível - a quantia gasta irregularmente há que retornar ao erário!

A questão dos serviços eventualmente prestados há que ficar textualmente comprovada, e a forma de seu pagamento, por óbvio, não será aquela consignada nos instrumentos contratuais, que são nulos. Entendo que cabe aos profissionais a percepção de honorários, na conformidade de tabela aprovada pelo Conselho Seccional do Paraná, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Antes de proferir meu voto, devo informar aos membros deste Plenário que denuncia com igual teor foi formulada junto ao Tribunal de Contas da União, tendo como Relator o Ministro Marcos Vinícius Vilaça.

Em seu relatório menciona a tramitação de processo deflagrado a requerimento do Ministro Olavo Drumond, solicitando informações sobre intervenções e liquidações extraordinárias promovidas pelo Banco Cen-

tral do Brasil. Anuncia, também, a existência de outro protocolado versando sobre Relatório de Inspeção Ordinária, que aborda de forma ampla a matéria das intervenções e liquidações.

Diz, ainda, que o Tribunal de Contas do Paraná mantém uma inspeção sobre os atos do liquidante do BADEP desde a decretação de sua liquidação extrajudicial.

A decisão do douto Plenário foi no sentido de que a 7ª IGCE acompanhasse o desenrolar das questões, juntando-se a denúncia formulada aos dois processos referidos.

Reitero a solicitação do desentranhamento dos processos protocolados sob n° 23006/91 e 21173/91.

Face ao exposto,

#### VOTO

pela procedência da denúncia, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias, para que sejam adotadas as providências decorrentes da anulação dos contratos, com o restabelecimento do status quo ante, não descuidando-se da apuração de responsabilidade do ordenador das despesas. Para tanto, devem ser oficiados, além do denunciado, o BANESTADO e a Secretaria do Estado da Fazenda.

Das medidas tomadas, o Tribunal deve ser cientificado.

Ademais, proponho seja constituída Comissão para acompanhamento, pari passu, da liquidação de BADEP que, no dizer do ilustre Procurador Amaury de Oliveira e Silva, é uma novela cujo enredo ainda não está desvendado, pois não é só dever irrecusável dos Tribunais de Contas o controle da legalidade da atividade administrativa, é razão do seu existir.

Dê-se conhecimento da decisão ao denunciante e denunciado.

Sala das Sessões, em 21.10.93.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO  
Corregedor-Geral

#### REQUERIMENTO N° 2283

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de água e esgoto à Rua Paulina Ader, proximidades do n° 45 - Capão Raso. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais não dispõem desse benefício e estão sendo muito prejudicados. Pedem que essa solicitação seja atendida pois será de grande valia para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 2284

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - CORREIO, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro Alto Boqueirão, os quais solicitam que seja colocada uma caixa de correspondência à Rua Danilo Gomes, 2090, em frente do Supermercado Boni. Os moradores pedem que o presente pedido seja atendido, uma vez que será de grande valia para toda a população.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 2291

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder Legislativo à Companhia Paranaense de Energia, COPEL, solicitando a instalação de um poste de iluminação pública em frente ao número 443 da Rua Alfredo Otto, bairro Portão, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência ao senhor Valdir Macedo (R. Alfredo Otto, 443), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

O presente pedido resulta de reclamação dos moradores da referida via pública sobre as péssimas condições de iluminação pública na área. Esse fato tem contribuído para o desenvolvimento de ações por parte de vândalos e marginais, agravando o quadro de insegurança dos moradores.

Diante disto, confiamos nas diligentes providências por parte da equipe da COPEL, a fim de viabilizar o atendimento ao pleito dentro da maior brevidade possível.

## REQUERIMENTO N° 2293

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, solicitando a substituição das tubulações em ferro na rede de abastecimento de água na Vila São João, nesta Capital, por tubulações em PVC, a fim de melhorar a qualidade da água.

Que do teor do presente dê-se ciência à Sociedade Comunitária Graciosa (R. Cel. Benedito T. Cordeiro, n° 319 - São João), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

O pleito tem a finalidade de melhorar a qualidade da água que vem abastecendo as residências da Vila São João. Em função das tubulações antigas de ferro, a água tem chegado às casas com limalhas (ferrugem) e outras impurezas, que a tornam imprópria para o consumo.

## REQUERIMENTO N° 2282-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Newton Sérgio Ribeiro Grein, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando:

1 - Lista das entidades que, na atual administração assinou convênio com esta Secretaria.

2 - Discriminação do valor, em reais, entregue a cada entidade.

3 - Especificar em quê cada entidade investirá a verba repassada.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

A imprensa tem divulgado que a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social tem assinado convênios com entidades filantrópicas.

Cabe a nós, parlamentares, exercer a função de acompanhar os investimentos do Estado. Neste sentido é que fazemos tal pedido de informação.

## REQUERIMENTO N° 2285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER as seguintes informações:

1. O Senhor Nelson Emílio Marques é funcionário da Assembléia Legislativa do Paraná?

1.1. Se não o é, em qual período foi?

1.2. Sendo funcionário, qual o local de lotação e qual a função que desempenha?

2. Durante o período que esteve à disposição do Ministério da Saúde, recebeu remuneração desta Casa?

3. Cópia de documento legal cedendo-o ao Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, 18.10.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

O médico Nelson Emílio Marques esteve envolvido nos escândalos do Ministério da Saúde e, mais precisamente, da Fundação Nacional de Saúde.

Em função disto é que solicitamos tais informações.

## REQUERIMENTO N° 2286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Newton Sérgio Ribeiro Grein, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando:

1. Em que data as entidades relacionadas em anexo receberam verbas desta Secretaria;
2. Qual foi o montante da verba recebida?
3. Especificar em quê cada entidade investiu a verba recebida.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 341/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogado o parágrafo único do artigo 16 da Lei n° 9.937 de 20 de abril de 1992.

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com os irmãos funcionários públicos, que comemorarão seu dia no próximo 28 do corrente, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar deseja renovar sua homenagem de reconhecimento a alguns poucos servidores que foram atingidos pela aprovação do Parágrafo Único do artigo 16 da Lei n° 9.937 de 20 de abril de 1992.

É possível sentir e viver hoje a transformação do funcionalismo público do nosso Estado. É por este ângulo que reconhecemos hoje, a injustiça quando da aprovação do parágrafo único do artigo 16 da mencionada Lei n° 9.937 de 20 de abril de 1992.

Portanto, é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, para com isso restabelecer o que preceitua o Estatuto dos funcionários Cíveis do Paraná Lei n° 6.174/70 em seu artigo 140 inciso III e os parágrafos 1°, 2° e 3°, respeitando direitos consagrados naquele Estatuto.

PROJETO DE LEI N° 342/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional "Dr. Ernani Moura Lima", CGC 78307089/0001-20, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

### JUSTIFICATIVA:

A entidade ora declarada de Utilidade Pública, tem como principal objetivo o atendimento às pessoas carentes da comunidade, assistência ao Clube de Mães, organização e administração de horta comunitária e execução de atividades culturais e esportivas. Não tem esta entidade, fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços à comunidade e aos moradores.

Não se contradiz esta entidade, com a lei que estabelece as normas para declaração de utilidade pública pois, pelo seu artigo 42°, veda a remuneração dos membros da Diretoria, bem como a distribuição de lucros, bonificações aos mantenedores, sócios ou outras pessoas.

Não há oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expedientes.

Passaremos ao Horário das Lideranças.

Liderança do PT - com a palavra o Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A "Gazeta do Povo", no seu caderno de Cultura, na quarta página, do dia 14 de outubro de 1994, traz uma notícia um bocado triste para quem sempre respeitou as artes plásticas e a cultura paranaense. Diz a matéria que "o ator e artista plástico Telmo Faria, que passava pela Rua São Francisco na tarde de dez de outubro, foi o primeiro a saber que as obras de Guido Viaro estavam sendo retiradas do espaço que até aquele momento fora conhecido como o Museu Guido Viaro. Numa cena patética, tanto ele, como Suzana Lobo, a Diretora do Museu, choraram pela grande perda que a comunidade acaba de sofrer e pela falta de memória e insensibilidade de nossos dirigentes culturais."

Diz ainda que em abril de 1994 ficou clara a política de esvaziamento imposta pela diretoria da Fundação Cultural de Curitiba ao Museu Guido Viaro. Alegava-se que tal espaço será ocupado pelo Centro Avançado de Pesquisa do Museu Metropolitano.

Ora, se este espaço será ocupado por este Centro de Pesquisa, ou se há necessidade deste Centro, por que não respeitar o Museu Guido Viaro já fazendo parte dos locais de vista de todos os turistas que vêm à nossa Capital, ou mesmo das crianças das escolas públicas do Município de Curitiba, que vão conhecer as obras do artista plástico Guido Viaro?

Se não se alega em condições de preservação do acervo daquele Museu, há como

recuperar aquele espaço e fazer dele o local de manutenção das obras de Guido Viaro.

Se impossível ainda isto, é necessário que se tenha um outro espaço onde possam ficar expostas as obras de Guido Viaro.

Diz ainda o artigo da "Gazeta do Povo" que: "em uma reunião das coordenadorias, o Presidente da FCC anunciou em alto e bom tom que durante a sua gestão as vertentes principais - às quais seriam encaminhadas as verbas - eram entre outras a Ópera de Arame e o Museu Metropolitano; já entre os espaços de menor importância para a cidade estariam o Museu Guido Viaro e a Casa Theodoro de Bona.

Quando soube desta declaração, indignado, Constantino Viaro retirou do Museu o acervo do seu pai - cerca de 140 obras; para não prejudicar as crianças que seu pai tanto amava", somente deixou 20 trabalhos que constitui uma exposição, agendada para as escolas até o final do ano.

Desabafando, diz Constantino Viaro "que a total falta de referência à cultura local do arquiteto carioca, Geraldo Pougy é semelhante à de Oswaldo Loureiro, durante a sua gestão como diretor do Teatro Guaíra." Ora, parece que os nossos governantes, o ex-Governador Roberto Requião e o atual Prefeito de Curitiba, têm importado cariocas para gerir a área cultural de nossa cidade e ambos têm sido nocivos, pelo comportamento que têm tido. Um, frente ao Teatro Guaíra e outro, frente à Fundação Cultural de Curitiba. Como retirar a obra de Guido Viaro que estava exposta à visitação pública de todos aqueles que admiram as artes plásticas e a cultura paranaense. É não ter a mínima noção do que representa Guido Viaro para a cultura paranaense, é ter um grande desrespeito a todos aqueles que sempre frequentaram o Museu e admiraram e estudaram a obra de Guido Viaro.

Portanto, aqui fica a posição do PT de repúdio a este ato da administração pública do Município de Curitiba em desrespeito à cultura local, principalmente integrada por Geraldo Pougy, mais um carioca trazendo danos à nossa cultura.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No horário da Liderança do PDT, com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvimos atentamente a manifestação feita pelo Deputado Rosinha, falando a respeito da questão de uma crise interna que estaria ocorrendo dentro da Prefeitura Municipal de Curitiba, mais propriamente, na Fundação Cultural.

Nós tivemos conhecimento desses fatos,

inclusive recebemos, há alguns minutos atrás, uma correspondência do atual - Presidente da Fundação Cultural, onde esclarece os fatos que estariam sendo discutidos, que estariam sendo criticados com relação à Fundação Cultural de Curitiba. Se há uma Pasta em que o Prefeito Rafael Greca de Macedo tem demonstrado uma preocupação muito grande e tem procurado valorizar de todas as formas, é realmente, a questão cultural. Curitiba tem avançado bastante nesta área. Não vou aqui defender a questão da regionalidade, a questão se é carioca ou não, porque nós somos um daqueles que este Plenário é testemunha, da nossa briga, das nossas críticas ao ex-Governador Roberto Requião por ter trazido do Rio de Janeiro, da Guanabara, aquele que dirigiu, ou mais precisamente, aquele que mais afundou a Fundação Teatro Guaíra, mas me cabe neste momento, fazer a leitura aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de um comunicado que me é enviado por Geraldo Pougy, Presidente da Fundação Cultural de Curitiba:

#### "SOBRE O MUSEU GUIDO VIARO

Como já tem sido dito em inúmeras oportunidades, a diretriz a orientar a política cultural do Prefeito Rafael Greca tem sido a de, através da parceria entre educação e cultura, promover a democratização do saber. Isso tem sido feito com projetos como as Linhas do Conhecimento, para as crianças da periferia da cidade, o Liceu de Artes do Centro de Criatividade, ou os Faróis do Saber, bibliotecas de bairro com 3 mil volumes cada.

Porém, estabelecer prioridades, não quer dizer esquecer-se do restante. A Fundação Cultural de Curitiba tem movimentado como nunca a vida cultural da cidade e mantido uma programação de muito boa qualidade em todas as suas unidades.

O Museu Guido Viaro apresenta neste momento os trabalhos de Hélio Leites, um dos mais criativos e instigantes de nosso estado, e as visitas escolares têm sido programadas regularmente.

O Centro de Pesquisa acaba de ganhar computadores que vão permitir novos e mais consistentes projetos. O Atelier de Pintura, que está fechado, não sofre qualquer impedimento financeiro e só não está em operação por falta de empenho da diretora do museu.

Por último, apesar de ser inegável que a Reserva Técnica está há muitos anos sem receber investimentos, é importante que se saiba que "as obras retiradas se encontram em perfeita ordem" como atesta a declaração assinada pelo comodante.

A respeito da preservação dos acervos da cidade é necessário acrescentar ainda

que a Fundação Cultural está reformando o Museu Metropolitano, repositário do acervo doado à Curitiba pelo generoso Poty Lazzarotto.

Todo este alarido a respeito do Museu Guido Viaro apesar de soar como defesa do interesse público encobre, na verdade, as mais medíocres e mesquinhas intenções de algumas pessoas que pensam que o momento é de conspiração.

Assim sendo, gostaria de convocar todos aqueles que têm contribuído para criar apreensões infundadas no público curitibano a se juntarem ao trabalho que está em curso neste grande Paraná.

O trabalho de construir um futuro à altura da riqueza e da força desta terra.

E adverti-los de que são novos os caminhos que levam a este futuro. Ao invés das facilidades dos favores e do jogo de cena, o percurso é difícil e de muito trabalho. E só conseguirão vencê-lo os que forem capazes de produzir trabalho sério e competente, sem se deixar intimidar pela competência e seriedade dos muitos que por ele virão.

Porém, estabelecer prioridades, não quer dizer esquecer-se do restante. A Fundação Cultural de Curitiba tem movimentado como nunca a vida cultural da cidade e mantido uma programação de muito boa qualidade em todas as suas unidades.

O Museu Guido Viaro apresenta neste momento os trabalhos de Hélio Leites, um dos mais criativos e instigantes artistas de nosso estado, e as visitas escolares têm sido programadas regularmente.

O Centro de Pesquisa acaba de ganhar computadores que vão permitir novos e mais consistentes projetos. O Atelier de Pintura, que está fechado, não sofre qualquer impedimento financeiro e só não está em operação por falta de empenho da diretora do museu.

Por último, apesar de ser inegável que a Reserva Técnica está há muitos anos sem receber investimentos, é importante que saiba que "as obras retiradas se encontram em perfeita ordem" como atesta a declaração assinada pelo comodante.

A respeito da preservação dos acervos da cidade é necessário acrescentar ainda que a Fundação Cultural está reformando o Museu Metropolitano, repositário do acervo doado à Curitiba pelo generoso Poty Lazzarotto.

Todo este alarido a respeito do Museu Guido Viaro apesar de soar como defesa do interesse público encobre, na verdade, as mais medíocres e mesquinhas intenções de algumas pessoas que pensam que o momento é de conspiração.

Assim sendo, gostaria de convocar todos aqueles que têm contribuído para criar apreensões infundadas no público curitibano

no a se juntarem ao trabalho que está em curso neste grande Paraná. O trabalho de construir um futuro à altura da riqueza e da força desta terra.

E adverti-los de que são novos os caminhos que levam a este futuro. Ao invés das facilidades dos favores e do jogo de cena. O percurso é difícil e de muito trabalho. E só conseguirão vencê-lo os que forem capazes de produzir trabalho sério e competente, sem se deixar intimidar pela competência e seriedade dos muitos que por ele virão.

Geraldo Pougy  
Presidente da FCC"

Não tenho aqui procuração para defender este ou aquele, porque os dois são companheiros, os dois foram companheiros, parceiros meus e de Jaime Lerner na direção da Prefeitura Municipal de Curitiba. Mas, parece-me, que há terceiros nesta história toda, interessados a colocar lenha na fogueira, até mesmo como uma já preliminar de que estaria se pensando, e aí é que vem a situação toda dessa crise que se pretende colocar na Fundação Cultural, de que agora com a ascensão de Jaime Lerner ao Governo do Estado, estaria se pensando em alçar Geraldo Pougy como Secretário da Cultura do Estado, e isto já começa a criar uma certa ciúmeira, começa a criar um atrito, segundo as informações que recebi em torno deste assunto.

Repito, parece-me mais uma briga doméstica de dentro da própria Fundação Cultural de Curitiba, que tenho certeza o Prefeito Rafael Greca de Macedo tem a competência suficiente para tratar do assunto.

De qualquer maneira fiz aqui a leitura deste documento que me foi enviado pelo Presidente da Fundação Cultural, Geraldo Pougy, em respeito às declarações feitas aqui pelo Deputado Dr. Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha: V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Senhor Deputado, agradeço o aparte. Não me referi em nenhum momento a questão de dizer que existe crise interna ou não existe na Prefeitura. No meu pronunciamento coloquei que foi divulgado através da imprensa que a retirada das obras de Guido Viaro, do Museu Guido Viaro, no qual também na matéria lida não há uma resposta ou uma explicação efetiva das razões de ter retirado as obras do grande artista plástico paranaense, Guido Viaro, daquele museu.

Portanto, as respostas colocadas nesse documento não diz respeito nem ao meu pronunciamento nem o que coloca a Gazeta do



Povo de domingo passado.

Só queria dizer isto a Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço, Deputado Doutor Rosinha, e eu acho que este é um assunto que não merece tanto destaque assim porque é uma coisa mais interna da Fundação Cultural e que eu entendo que o fórum para debate sobre isto é muito mais a Câmara Municipal do que a própria Assembleia Legislativa.

O SR. Doutor Rosinha - A cultura não tem limite geográfico. A cultura é universal. Não se limita a uma área geográfica do município ou do Estado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Entendo perfeitamente o que quer dizer Vossa Excelência, mas entendo também que nós temos uma Câmara na cidade, uma Câmara de Vereadores devidamente competente, uma Bancada muito boa do PT que pode lá na Câmara discutir.

Seria muito interessante discutirmos aqui nesta Casa os problemas do Paraná, que são muitos e que precisamos ajudar o próximo Governador a transformá-los em obras de realizações.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças: PMDB, PSDB, PL, PTB, PFL, Liderança do Governo, Partido Progressista.

Declinam.

Passaremos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Antes porém, e a pedido do Deputado Duílio Genari, anunciamos a presença das Lideranças do Município de Toledo: Ari José Kliemann, Sérgio José Künsler, Arlindo Barpe, Waldir Schneider, Bruno Vicente Scherer, Antônio München, Ênio Francisco Lunks e Cludino Kliemann.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

Atenção Senhores Deputados para o início da votação da Ordem do Dia.

2ª Discussão do Projeto de Lei nº 314/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 102/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.793.827,00 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria do Estado da Administração. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. **Em votação.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - O Deputado Luis Carlos Zuk, que demonstrou desde o início de que esta matéria veio para o Plenário, aliás, com todos nós aqui, uma preocupação com relação a essa transferência do IPE para a Secretaria da Administração, solicitou à Liderança do Governo para que desse explicações do porquê dessa transferência.

Apelaria ao Deputado José Tavares, Líder do Governo na Casa, se poderia fazer uma rápida explicação para que a Bancada do PDT, que quer contribuir, continuar contribuindo para o Governo do Estado, não quer também causar prejuízo ao próprio IPE; porque na Mensagem não há uma explicação que possa nos convencer o porquê dessa transferência.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Em atenção ao que coloca o eminente Líder do PDT essa Liderança cumpre mais uma vez prestar à Casa as informações devidas a respeito dessa matéria. O Governador Mário Pereira encaminhou uma Mensagem pedindo autorização legislativa a esta Casa, para um pedido de crédito suplementar para atender as despesas com a assistência médica dos segurados do IPE. Na mensagem, Sua Excelência teve e teria que consignar que esta abertura de crédito suplementar constante da Ordem do Dia de hoje ela era necessária, e se faz necessária, para poder atender essas necessidades do órgão que é subordinado à Secretaria da Administração.

Ontem ainda o Deputado Paulo Maia também manifestava a mesma inquietação, e em cuja oportunidade Sua Excelência se expressou equivocadamente e nós, na sequência esclarecemos, e foi de pronto aceito os nossos esclarecimentos, quando ele pensava que esses recursos, que hoje a Casa está discutindo e votando, seriam para ser transferidos do IPE para a Secretaria da Administração. Na oportunidade informamos que não é verdade e não é esse o objetivo.

O objetivo do Governador Mário Pereira é buscar a autorização legislativa da Casa para este pedido de crédito suplementar para o IPE, para atendimento de despesas médico-hospitalares dos segurados do IPE. São recursos provenientes do que chamamos de excesso de arrecadação, são recursos do



próprio IPE, oriundos da aplicação financeira e que estão à disposição do IPE mas não podem ser utilizados pelo IPE sem a devida autorização legislativa, porque falta a rubrica orçamentária.

Então o que estamos nesta hora discutindo, é se aprovamos ou não o pedido do Governador Mário Pereira, no sentido de dar autorização legislativa e rubrica orçamentária para a utilização dos recursos que já existem no IPE, para serem aplicados lá mesmo, em benefício da assistência médica dos próprios segurados do Instituto.

Portanto, com estas informações, espero deixar os meus nobres pares devidamente informados a respeito da matéria e reitero o apelo que fiz ontem, da tribuna, no sentido de nós aprovarmos esta matéria que já está aqui na Casa há algumas semanas e causando transtornos sérios para a administração do IPE.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O ilustre Deputado Renato Adur nos trouxe, em mãos a documentação pela qual o líder do Governo, José Tavares, solicitava o voto, voto este que inicialmente era contrário, de toda a bancada do PDT, concernente a retirada do dinheiro do IPE.

O que é que aconteceu? S.Exa. o Governador, através do departamento competente do IPE, nos remeteu, através da documentação elaborada posteriormente que seis milhões e setecentos mil seriam aplicados de volta na assistência médica do segurado do IPE. Após isso, analisando com o ilustre Deputado Renato Adur e com o Deputado José Tavares e nosso líder, Paulo Maia, nós ontem aprovamos em 1ª Discussão, e estaremos hoje aprovando em 2ª, tão somente cobrando aquela posição que realmente é do interesse do servidor público estadual, por isso nós hoje votamos favoravelmente a matéria, nobre líder.

Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Queremos, neste momento, agradecer a compreensão do Deputado Zuk, do PDT, bem como dos demais deputados estaduais.

Realmente quando da 1ª votação desta matéria nesta Casa estávamos substituindo o Deputado Tavares na liderança, na coordenação dos trabalhos. Também ficamos com dúvidas, Deputado Zuk, com relação a esta transferência de dinheiro, entendemos, no primeiro momento, que seria uma subtração das verbas do IPE para a Secretaria da Ad-

ministração.

Entretanto após uma análise mais aprofundada e os dados que nos foram fornecidos pela Casa Civil e pelo IPE, nós também constatamos que a verba é do próprio IPE. O que houve na realidade é que recursos provenientes de renda de aplicação de capital e que por força da Constituição tem que ser aplicado na forma que veio a mensagem aqui para a Casa, ou seja, como excesso de arrecadação.

Assim sendo queremos agradecer a V.Exa. e aos demais Deputados pela compreensão e efetivamente esta verba permanecerá no próprio IPE para aplicação das despesas provenientes da própria entidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto de Lei nº 314/94. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que reajusta, a partir de 1º de setembro de 1994, o vencimento básico do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/94, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que reajusta, a partir de 1º de setembro de 1994, o vencimento básico do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/94, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta, a partir de 1º de setembro de 1994, o vencimento básico do cargo de Procurador Geral de Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, requerimento nº 2289, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2283 e 2284, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2287, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente.

Já a cerca de dois meses atrás estava na Ordem do Dia o Projeto 206/92. Esse projeto foi aprovado em 1.<sup>a</sup> Discussão, veio para 2.<sup>a</sup> e recebeu emenda do Plenário. Pedimos a V.Exa. a inclusão dele na Ordem do Dia para terminar o regime de votação que falta ser submetido, se possível na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicitará informações da assessoria, complementares, e se tiver em condições será colocado na Ordem do Dia de amanhã.

Requerimentos n.ºs 2290 a 2294, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2285, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **A Comissão Executiva para apreciar.**

Requerimentos n.ºs 2282-A e 2286, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n.º 2270, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.

Na sessão de ontem, tive a oportunidade de discorrer sobre esta matéria o que pretendo neste momento reafirmar em termos de preocupação. E hoje, mais do que nunca esta preocupação aumenta na medida em que estamos nos aproximando do final desta legislatura.

Primeiro, Senhor Presidente, o requerimento fala em comissão para estudar, examinar, discutir, aprofundar uma análise em torno de um projeto de organização e divisão judiciárias que estaria em tramitação nesta Casa. Ao que me consta, o que está em tramitação na Casa por mais ou menos dois anos é uma mensagem, oriunda do Poder Judiciário, que visa a criar um código de organização judiciária. Viria para a Casa uma outra mensagem visando a criar um outro código de divisão judiciária.

Portanto, a atual legislação judiciária paranaense é uma em torno de um código de organização e divisão judiciária. O que me consta é que o judiciário, dentro de

uma nova visão de reestruturação do aparelho judiciário do Estado, a partir de uma nova ordem constitucional, sobretudo depois da Constituição de 88, encaminhou a esta Casa inicialmente um dos códigos e estaria por encaminhar um segundo código. Ao meu juízo este segundo código não veio, mas vieram mensagens esparsas alterando uma série de questões relacionadas com a divisão judiciária do Estado.

Portanto, eu coloco estas questões para a reflexão da Casa. Evidentemente, não me oponho à criação da comissão, mas deixo estas informações para uma reflexão e, ao mesmo tempo, aprovado pelo Plenário a constituição da comissão, que essas informações sejam levadas em consideração. Constituída, portanto a comissão que não percamos de vista este período curto que nos resta de legislatura. Isto porque nós temos, evidentemente, consciência do nosso dever, da nossa responsabilidade e tramitam aqui na Casa mensagens que constitucionalmente foram para cá remetidas pelo Poder competente, que é o Poder Judiciário.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente.

Solicito de V.Exa. ler a justificativa colocada pelo nobre Deputado João Iensen, para que possamos decidir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa entende a V.Exa..

(Lê justificativa do requerimento do Deputado João Iensen).

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente.

Queria a informação de V.Exa. se tal código já foi analisado pela C.C.J. ou em que nível ele se encontra de tramitação para ver se é necessária mesmo esta comissão ou o papel que cabe a ela se a própria Comissão de Constituição e Justiça possa vir cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tanto esta proposta original do código de divisão não foi ainda analisado pela C.C.J. porque, se tivesse sido, estaria aqui na mesa da Presidência, para ser incluída na Ordem do Dia.

Não foi portanto analisado pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DR. ROSINHA - Gostaria de pedir a

V.Exa. que adiasse a votação até que o Deputado João Iensen pudesse também nos justificar e votaríamos hoje. É interessante maiores esclarecimentos para que a gente possa aprovar tal Comissão. Porque vejo que é uma Comissão mais limitada do que a C.C.J.. É uma Comissão aonde todos terão cadeiras para poder discutir.

Em função disto, seria interessante

que o autor do requerimento se fizesse presente para poder encaminhar, para esclarecer melhor este plenário. Se ele não estiver presente, que adiássemos a votação para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Entendemos, Deputado Rosinha e demais Deputados, que o fato da existência desta Comissão não inibirá o trabalho da C.C.J., embora na forma em que o requerimento foi proposto ele está dizendo que vai analisar o código de organização e divisão. É evidente que existe apenas uma proposta na Assembléia. E o fato também de existir a Comissão, não impede que esta Comissão possa tratar destes assuntos junto ao Tribunal e junto à C.C.J..

Na nossa avaliação a Comissão de Constituição e Justiça é um fórum competente para analisar esta proposta. Cabe, portanto, aos Srs. Deputados decidir pela criação ou não desta Comissão que iria preceder no trabalho de análise desta proposta à Comissão de Constituição e Justiça.

Está em discussão o requerimento. Em votação. **Aprovado.**

Esta Presidência, antes de apreciar o último requerimento, deseja anunciar a presença entre nós, a pedido do Deputado Cleiton Kielse, do Prefeito de Guaraci, José Morandi, e do Vereador de Guaraci, Osmar Toloy.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Ontem fiz, Sr. Presidente, um pronunciamento com relação às CPI's que se encontram atravancadas na burocracia da Casa e citei inclusive a CPI do Porto de Paranaguá e a CPI dos helicópteros superfaturados.

Como estes pedidos foram através de projetos de resolução e a Mesa despachou para a C.C.J., conseqüentemente recebendo pareceres favoráveis, indago de V.Exa. qual será a atitude da Mesa com relação à nossa cobrança, já que estes dois pedidos de CPI's tramitam em regime de urgência aprovado pelo Plenário.

Já estamos ao findar de mais este mandato e adormece há mais de ano estes nossos pedidos junto à Mesa. Isto que requeira a V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência pode informar a respeito da solicitação de CPI da questão dos helicópteros e da questão de publicidade. Quanto à CPI do Porto de Paranaguá, a Presidência não tem como informar, já que não chegaram à Mesa ainda estas informações. Os dois projetos, como disse V.Exa., projetos de resolução que foram apresentados, tramitaram nas comissões e nos últimos dias chegaram à Presidência.

Em entendimento com diversos Srs. Deputados, com quem temos mantido contato, pelo menos não é uma questão fechada ainda, mas a maioria não tem dado a nós estímulo e apoio suficiente para que levemos adiante esta proposta de criarmos uma CPI, como bem disse V.Exa., neste final de mandato.

Então estamos conversando, deveremos formalizar uma reunião das lideranças nos próximos dias, quem sabe amanhã ou depois, para decidirmos sobre esta questão de instalarmos uma CPI ainda neste final de mandato quando nos faltam pouco mais de três meses de tempo para trabalhar na Assembléia, ou se isto fica para a próxima legislatura decidir. Com os Deputados que temos conversado, eles têm ponderado da não oportunidade de se instalar estas CPI's neste final de mandato. No entanto, antes de tomarmos uma decisão definitiva, deveremos reunir o colégio de líderes para que possamos, juntos, tomar esta decisão.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, não compete a V.Exa. colocar em apreciação do plenário, em votação, a respeito da instalação das CPI's? A instalação é outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A

questão, Deputado, que esta Presidência vem adotando como comportamento nos projetos polêmicos. V.Exa. sabe disso porque já participou inclusive de algumas reuniões na condição de líder ou de representante da liderança do vosso Partido. Todos os projetos polêmicos tiveram a sua inclusão ou não na Ordem do Dia, decidida através destas reuniões de Lideranças.

Temos evitado colocar os projetos polêmicos na Ordem do Dia, sem antes termos promovido esta reunião com as Lideranças, como é o caso, por exemplo, do projeto, se não me falha a memória, do Deputado Nelson Justus, que cria novas normas para a criação dos municípios, que, nas reuniões de lideranças, sempre foi solicitado para não se incluir na Ordem do Dia e é isso o comportamento que temos adotado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Pre-

sidente, consulto V.Exa., se não possível responder agora, mas pelo menos trazer a resposta a esta Plenária na data de amanhã. Quantas CPI's ainda continuam funcionando ou com data de validade?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela

informação que nos prestou há alguns dias atrás a nossa assessora, Diretora Legislativa, Dra. Lúcia, nenhuma das CPI's continuam em funcionamento. Todas já concluíram o seu trabalho ou expirou o prazo de funcionamento.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a informação de V.Exa. e queremos dizer ao Deputado Mário Bezerra que basta ele colher 18 assinaturas, de acordo com o Regimento Interno e instala-se imediatamente nova CPI ou mais 5 se forem necessárias, de acordo com decisão dos senhores parlamentares, independentemente da vontade da Mesa Executiva ou de votação desse Plenário.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, no mesmo sentido também, me surpreende a posição tomada por V.Exa., porque em momento algum, qualquer CPI, primeiro houve uma consulta particular ou individual a parlamentares. A consulta maior sempre foi ao Plenário desta Casa e já passamos o período eleitoral. Graças a Deus, não haverá 2º turno no Paraná.

Então não há razão para se justificar de que parlamentares poderiam estar ausentes da Casa e não haveria número suficiente para se montar esta CPI. Acho que o mais correto realmente, é o que abordou o Deputado Dr. Rosinha, que façamos a coleta de 18 assinaturas, Deputado Mário Bezerra e tragamos aqui para o Plenário da Assembléia, que é soberano como sempre disse V.Exa.: o Plenário é soberano para decisões.

Mais me estranha ainda, Senhor Presidente, com todo respeito a V.Exa., que a consulta que diz ter feito V.Exa., foi feita com outros parlamentares, menos com aqueles que estão mais interessados na formação da CPI. É um assunto que vem sendo arrastado desde o ano passado e em momento algum que eu me recorde eu tenha sido consultado a respeito da questão dos helicópteros.

Da mesma forma, me parece o Deputado Mário Bezerra.

Então, Senhor Presidente, o que seria mais prudente, seria deixar que realmente prevaleça a democracia e vontade de cada um na Casa. Colhemos as 18 assinaturas, V.Exa., recebe, coloca crivo do Plenário. Se for vencedora, se instala a CPI e há tempo, porque a Assembléia vai até dezembro ainda. Há tempo suficiente. Em 15 dias ou o mais tardar, em 30 dias, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, se houver a boa vontade de todos, ela vai ser completada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Algaci Túlio, Deputado Florisvaldo Fier, Deputado Mário Bezerra. A Presidência permanece na posição que sempre adotou em consonância com V. Exas. líderes de Bancada, de que os projetos polêmicos e este é um projeto de Resolução, mas é um projeto e é polêmico, só fossem incluídos na Ordem do Dia, mediante prévia reunião com as lideranças.

Nós faremos reunião. Se os líderes assim decidirem, incluiremos o projeto na Ordem do Dia da Sessão subsequente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito de V.Exa. uma convocação de líderes para amanhã, em seu gabinete, no horário da manhã, para que passemos a discutir essa questão, para que se resolva de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Chega à Mesa também mais um projeto que necessita de apoio, do Deputado Annibelli, revogando o parágrafo Único do Artigo 16 da Lei nº 9.937, de 20.04.92.

**Apoiado.**

Requerimentos nºs 1168, 2269 e 2272, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constantes do expediente. **Retirados pelo Autor.**

Requerimento nº 2278, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando a abertura de Comissão Especial para analisar fita de gravação referente a entrevista do Ex-Governador Roberto Requião, concedida a Rádio Clube Paranaense no último dia 15. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Para discutir) - Apenas queria neste momento fazer uma reflexão a respeito desse requerimento e ao mesmo tempo fazer um apelo ao autor do mesmo, Deputado Algaci Túlio.

Nós analisando com muita atenção esse requerimento, observamos que esta entrevista dada pelo ex-Governador Roberto Requião na Rádio Clube Paranaense, de acordo com o citado no requerimento e com o mencionado nas matérias de jornais, inclusive anexas a esse requerimento, pode-se notar claramente que a emoção superou praticamente a razão.

Vemos que dentre os elementos desse requerimento, questão do Banco Del Paraná, por exemplo, o Governador Mário Pereira já determinou uma auditoria, a realização de uma auditoria no Banco Del Paraná, os auditores já estão realizando essa auditoria. E nós vemos que, conversando com o próprio Governador Mário Pereira, nosso Líder, Deputado Tavares, nosso Presidente Pessuti e outros Deputados, o nosso Governador está pré-determinado a ir até o fim nessa questão da auditoria. Se houver algum culpado, se houver algum problema, que ele acredita que não há, mas se houver, os responsáveis serão devidamente penalizados.

Portanto, Deputado Algaci Túlio, dá para se notar claramente, pela própria matéria de jornal, que a questão tomou mais um cunho pessoal, envolvendo inclusive fa-

mílias, o que eu acho que não é prudente num momento destes.

Queria fazer um apelo ao Deputado Algaci Túlio, para encaminharmos uma proposição a esta Casa, para que fosse feita a degravação desta fita, por esta Casa de Leis e que o Deputado Algaci Túlio - compreendendo a situação - também concordasse com isso e que fizéssemos o arquivamento desse requerimento, permanecendo na Casa, registrada essa documentação, uma vez que já se encontra em andamento a questão dessa auditoria no próprio Banco Del Paraná, onde estão enunciados esses casos aqui que foram pelo ex-Governador Roberto Requião denunciados.

Queria fazer um apelo ao Deputado Algaci Túlio, uma vez que nós estamos também num final de governo e a partir de 1º de janeiro também teremos uma nova fase no Estado do Paraná nas quais Vossas Excelências terão todos os acessos e tal. Mas o Governador Mário Pereira está tomando as devidas providências.

Então, faço um apelo ao Deputado Algaci Túlio, gostaria de ter a compreensão dele e da sua Bancada, dos demais Deputados, para que degradássemos essa fita e que ficasse registrado nesta Casa de Leis, retirando ou substituindo naturalmente o teor desse requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos preocupa, Senhor Presidente, é que tudo pela questão do final de ano, final de legislatura, de repente a Assembleia não tenha mais sentido de estar funcionando.

Como este caso que não é mais importante do que o caso dos helicópteros ou possa até ter a mesma importância, acho que tudo deveria ser devidamente analisado. No entanto, volto a reafirmar que poderíamos até fazer uma negociação, Deputado Renato Adur, Deputado José Tavares, de que nós retiraríamos esse requerimento da formação dessa Comissão, desde que o PMDB se comprometesse a permitir que viesse para o Plenário a CPI dos helicópteros.

Mas não vou até fazer esse tipo de negociação porque acho que os dois assuntos são por demais importantes e a Casa não pode deixar de analisar. Entendo até que a formação de uma comissão para ouvir a fita não seja tão importante, mas muito mais importante e aí nós aceitamos é fazer a degravação da fita.

Senhor Presidente, que Vossa Excelência determine a taquigrafia que faça a degravação dessa fita, porque nela contém expressões das mais contundentes do Senhor ex-Governador e eleito Senador da República com uma das maiores votações do País, e que nós não podemos deixar de dar o devido

reconhecimento. Mas peço que essa degravação, Senhor Presidente, seja encaminhada a cada Liderança Partidária da Casa; e que cada Liderança, que cada Partido analise o conteúdo dessa degravação das declarações e procure tomar as providências.

Vamos tomar, vamos acompanhar de perto essa auditoria, vamos também fazer alguns pedidos de informações a respeito de outros assuntos que contém esta entrevista dada pelo ex-Governador Roberto Requião.

Então, peço aos companheiros do lado de cá, que ontem somaram comigo na votação e no encaminhamento desta proposição à Mesa, para que entendam o apelo feito pela Liderança do Governo e da Bancada PMDB. Se o momento é de ajudar, de colaborar, nós sempre demonstramos isso, esse lado aqui nunca foi radical nas suas posições, mesmo oposição, os Anais da Casa testemunham que essa Bancada, desse lado de diversos Partidos sempre colaborou com o Governo, e não seria agora no final de gestão que deixaríamos de fazer isso.

Então, pediria, Senhor Presidente que Vossa Excelência determinasse então de que se extinguisse a comissão mas que encaminhasse à taquigrafia para degravação e encaminhamento às Lideranças Partidárias do conteúdo desta entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tendo em vista a manifestação do Deputado Renato Adur e do Deputado Algaci Túlio esta Presidência retira de discussão e votação o Requerimento de autoria do Deputado Algaci Túlio e determina ao setor de taquigrafia que promova a degravação desta fita, e que após realizado esse trabalho todas as peças retornem à Presidência para as providências necessárias.

Esta Presidência antes também de encerrar a sessão informa aos Senhores Deputados que em entendimento mantido com o Deputado Nelson Justus, Presidente da Comissão de Orçamento, ajustou-se que no dia de hoje será feito a distribuição dos avulsos, da proposta orçamentária para o ano de 1995 e que através da Comissão de Orçamento do Presidente Nelson Justus e do Relator, Deputado Durval Amaral, será aberto o prazo até o dia 11 de novembro para que os Senhores Deputados possam oferecer as suas emendas à proposta orçamentária de 1995.

A partir desta data as emendas serão publicadas em avulso como determina o Regimento da Assembleia, posteriormente classificadas, analisadas na Comissão de Orçamento, e dentro daquilo que imaginamos que virá acontecer um substitutivo geral será elaborado por aquela Comissão, e esse substitutivo virá a votação em Plenário, após evidentemente aprovado na Comissão de Orçamento. Também de acordo com entendi-

mento com o Deputado Nelson Justus, entendemos preliminarmente, isso ainda não é definitivo, mas preliminarmente entendemos que a proposta orçamentária deverá estar em Plenário para votação nos últimos quatro dias de funcionamento desse período, que será os dias 12, 13, 14 e 15 de dezembro.

Entendemos que temos aí prazo suficiente para que os Senhores Deputados possam apresentar suas emendas discutidas junto à Comissão de Orçamento e o Plenário se manifestar posteriormente, dando inclusive oportunidade para que o Governador eleito possa também, se assim entender, se manifestar a cerca de algumas propostas que deseje fazer constar do orçamento, e para isso terá os instrumentos necessários através de propostas de emenda que poderão ser apresentados pelos Deputados que assim

o desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/94.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 468/93, 284, 301, 326 e 328/94.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/94.

Levanta-se a sessão.